

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE CLÍTICOS

Gilson Costa Freire¹ (UFRRJ)

RESUMO

Diferentes trabalhos sobre o português brasileiro oral têm demonstrado a praticamente consumada perda dos clíticos acusativo e dativo. Apesar disso, sabe-se que a escola se lança à tarefa de ensinar a norma oficial, que prevê o uso dos referidos clíticos. Assim, este trabalho levanta uma discussão acerca das estratégias presentes nos livros didáticos para o ensino desses elementos, verificando, a partir de redações de vestibulandos, até que ponto tais livros têm sido uma ferramenta útil ao professor. Por fim, pretende-se apontar uma proposta de ensino a partir de práticas inovadoras que efetivamente proporcionem ao aluno a aprendizagem da língua padrão.

Palavras-chave: clítico acusativo, clítico dativo, ensino

ABSTRACT

Different studies on spoken Brazilian Portuguese have shown the loss of the accusative and dative clitics. Nevertheless, it is known that the school has the task of teaching the official standard, which requires the use of such clitics. Thus, this study brings a discussion about the strategies present in textbooks for teaching these elements, checking, from essays of entrance examination candidates, how much these books have been a useful tool to the teacher. Finally, it will be indicated a proposal for teaching from innovative practices that effectively provide students with learning the standard language.

Key words: accusative clitic, dative clitic, teaching

1. Introdução

Este trabalho pretende discutir o ensino dos clíticos acusativo e dativo de terceira pessoa a partir das estratégias comumente usadas pelos livros didáticos para esse fim. Pelas mais diversas razões, tais estratégias acabam sendo adotadas por muitos professores na escola, de modo que se faz necessário verificar até que ponto elas são eficazes no processo de aprendizagem da língua padrão. Assim, a partir de exemplos extraídos de redações de vestibular, portanto de indivíduos que já passaram por todo o processo da educação básica, este estudo traz evidências que põem em xeque a eficácia das referidas estratégias quanto ao efeito desejado, o que suscita uma reflexão sobre as práticas adotadas pela escola na disciplina de Língua Portuguesa.

Por outro lado, faz tempo que estudos no âmbito da Sociolinguística têm demonstrado a drástica redução do emprego dos clíticos acusativo e dativo no português brasileiro oral. Já na escrita brasileira, conforme se verifica em Freire (2005), esses itens linguísticos aparecem preferencialmente em textos que representam eventos de letramento (cf. Bortoni, 2004) e ainda assim em competição com outras variantes. Dessa forma, este trabalho pretende fazer uma ponte entre o conhecimento acadêmico e a prática do professor em sala de aula, oferecendo uma proposta para que o ensino de clíticos se dê a partir de práticas que efetivamente proporcionem ao aluno a aprendizagem do padrão de prestígio.

Este artigo está assim organizado: na seção 2, são aduzidos resultados de estudos linguísticos sobre a frequência dos clíticos e sua substituição por formas supletivas no português brasileiro, tanto na modalidade oral, quanto na escrita; na seção 3, descrevem-se as estratégias que aparecem nos livros didáticos para o ensino de clíticos, confrontando-as com exemplos de redações de vestibulandos; finalmente, na seção 4, apresentam-se algumas reflexões sobre as práticas de ensino da língua, à guisa de conclusão.

2. Clíticos acusativo e dativo na fala e na escrita brasileiras

Diferentes estudos realizados sobre o português falado no Brasil apontam uma redução no emprego do clítico acusativo. Os trabalhos acadêmicos registram a ocorrência de três outras estratégias de realização do objeto direto correferente com um SN mencionado no discurso (*acusativo anafórico de terceira pessoa*) em progressiva substituição à variante padrão: o pronome lexical (forma nominativa em função acusativa), os SNs anafóricos e o objeto nulo (cf. Duarte, 1986; Freire, 2000). A partir dos exemplos extraídos de Freire

¹ E-mail para contato: gilsoncfreire@yahoo.com.br

(2000), com base na amostra NURC-RJ/1992, podem-se observar a seguir as diferentes estratégias de realização da variável:

(a) clítico acusativo

Você conversa, você tem um contato diário com o professor, não é, você sabe onde o professor tá, entendeu, você pode procurá-**lo**, tirar dúvida.

(b) pronome nominativo

Mas isso em vez de socializar mais as pessoas, pelo contrário, tão deixando **elas** mais agressivas.

(c) SN anafórico

Eu quis fazer o estágio, porque eu precisava fazer **o estágio** para ter diploma de técnico.

(d) objeto nulo

Agora, de qualquer jeito eu fiz o pré-vestibular, até não levei ___ a sério, mas mesmo porque eu confiava muito né.

A tabela a seguir apresenta os resultados gerais de Freire (2000) para a função acusativa:

Tabela 1. Função acusativa na língua oral: distribuição dos dados segundo a variante usada

Clítico		Pronome nominativo		SN anafórico		Objeto nulo	
4/117	3%	5/117	4%	40/117	34%	68/117	59%

A partir da tabela acima, percebe-se que o clítico mostra reduzido índice de ocorrência, ficando bem abaixo dos SNs anafóricos e do objeto nulo, o que está em consonância com outros estudos sobre a realização dessa variável no português brasileiro (cf. Duarte, 1986). No entanto, verifica-se igualmente uma baixa frequência do pronome nominativo em função acusativa, o que poderia ser explicado como um efeito da escolarização, visto que os informantes possuíam curso superior completo. Por outro lado, a considerável ocorrência de objetos nulos e de SNs anafóricos na fala de pessoas com alto grau de escolaridade indica que a perda do clítico de terceira pessoa no português brasileiro está se resolvendo em direção à crescente implementação dessas duas formas por não serem estigmatizadas.

Sobre a escrita brasileira, em Freire (2005), a partir de amostra constituída de textos de jornais do Rio de Janeiro e de histórias em quadrinhos de gibis que circulam nas bancas dessa cidade, fez-se o levantamento das variantes candidatas à representação do acusativo anafórico de terceira pessoa, que são exemplificadas a seguir:

a) clítico acusativo

O presidente recebia ovações matinais e no fim do dia as pesquisas **o** louvavam. (*Jornal do Brasil*, 25-04-2004 – Artigo de opinião)

(b) pronome nominativo

Enfim, como toda heroína de novela, Maria Clara é ingênua. Deixa **ela** pensar que vai se dar bem com essa bobagem. (*Segundo Caderno de O Globo*, 16-06-2004 – Crônica)

(c) SN anafórico

Foi dele a iniciativa de reunir os partidos políticos e fazer um acordo inédito que livrou a cidade dos galhardetes e de outras formas de propaganda que sujaram **a cidade** em campanhas passadas. (*O Globo*, 12-09-2004 – Reportagem)

d) objeto nulo

Meses atrás, viu um cavalete na vitrine, quase entrou e comprou ___. (*Caderno H do Jornal do Brasil*, 25-04-2004 – Reportagem)

Os resultados são exibidos na tabela seguinte:

Tabela 2. Função acusativa na língua escrita: distribuição dos dados segundo a variante usada

Clítico		Pronome nominativo		SN anafórico		Objeto nulo	
189/406	47%	32/406	8%	58/406	14%	127/406	31%

Os resultados apontam para um fato contundente e inegável: já se encontram plenamente infiltradas na escrita as estratégias alternativas ao clítico acusativo comuns na fala, destacando-se dentre elas o objeto nulo. Por outro lado, a escrita recupera, de modo bastante expressivo, uma variante praticamente ausente da fala, o que poderia ser um efeito da escolarização. Esses resultados demonstram também que a influência do ensino sobre a escrita se faz perceber com mais força na considerável redução do pronome nominativo em função de objeto direto, tão combatido pela tradição escolar, todavia esse mesmo ensino não consegue minimizar a frequência das demais variantes: o SN anafórico e o objeto nulo somados estão em equilíbrio com a variante prescrita pela tradição, de modo que podem ser considerados estratégias legítimas de realização do acusativo anafórico de terceira pessoa não só na fala, mas também na escrita.

Quanto ao clítico dativo, os trabalhos acadêmicos sobre a fala brasileira registram a substituição dessa variante por uma categoria vazia ou por um SP anafórico, sendo este com a forma tônica do pronome ou com SN pleno (cf. Gomes, 1999; Silveira, 2000; Freire, 2000). Observem-se os exemplos extraídos de Freire (2000):

(a) SP anafórico

Meu filho é uma pessoa que curte roupas [...], às vezes eu peço *a ele* para ir comprar o jornal pra mim no jornaleiro.

b) objeto nulo

O menino deve ser louco pra comer açúcar. O dia que ele pegar um saco de bala né, mas não sou eu que vou dar __ né.

A tabela a seguir apresenta os resultados gerais de Freire (2000) para a função dativa:

Tabela 3. Função dativa na língua oral: distribuição dos dados segundo a variante usada

Clítico		SP anafórico		Objeto nulo	
—	—	9/14	64%	5/14	36%

Nas doze entrevistas com informantes de nível superior completo analisadas, não houve um só uso da variante padrão, de modo que as estratégias alternativas a ela se mostram muito produtivas no português brasileiro, o que o diferencia fortemente do português europeu, que faz largo uso do pronome dativo em referência à terceira pessoa (cf. Freire, 2000).

No que diz respeito à escrita brasileira, em Freire (2005) também se procedeu ao levantamento das variantes candidatas à representação do objeto indireto anafórico de terceira pessoa, que são exemplificadas a seguir:

(a) clítico

São divertidos os candidatos: querem que os eleitores *lhes* confiem a gestão dos impostos que pagam [...] (*O Globo*, 12-09-2004 – Crônica)

(b) SP anafórico

A nova lei permite que os pequenos partidos formem uma “federação”. Esse ponto garante que cada um mantenha sua própria organização, ao mesmo tempo que permite *a eles* disputar as eleições sob uma mesma sigla partidária. (*O Globo*, 12-09-2004 – Reportagem)

(c) objeto nulo

Em seus ensinamentos ao Príncipe, Maquiavel recomendou __ que más notícias e decisões amargas sejam anunciadas de uma vez só. (*Jornal do Brasil*, 25-04-2004 – Editorial)

A próxima tabela exhibe o quantitativo e o percentual de ocorrência de cada variante:

Tabela 4. Função dativa na língua escrita: distribuição dos dados segundo a variante usada

Clítico		SP anafórico		Objeto nulo	
41/155	26%	65/155	42%	49/155	32%

Os resultados sobre a função dativa na escrita apontam que, do ponto de vista quantitativo, a diferença de ocorrência do clítico em relação às demais variantes é bem mais profunda do que a encontrada na função acusativa: a variante prestigiada pela tradição constitui pouco mais de um quarto do total de dados, enquanto as demais variantes ostentam, somadas, o expressivo índice de 74%, destacando-se dentre elas o SP anafórico. Tal constatação sinaliza um fato contundente na escrita brasileira: as estratégias alternativas ao pronome dativo se encontram infiltradas de maneira avassaladora na expressão do objeto indireto anafórico de terceira pessoa, o que evidencia uma influência limitada do ensino escolar na recuperação do clítico dativo no registro escrito.

3. O ensino dos clíticos acusativo e dativo

Conforme foi demonstrado na seção anterior, há diferenças marcantes entre as modalidades oral e escrita do português brasileiro no que diz respeito ao emprego dos clíticos acusativo e dativo: enquanto esses elementos são escassos ou ausentes na fala, mostram-se presentes na escrita de modo até certo ponto expressivo, ainda que em competição com outras variantes.

Em meio a essa diferença entre fala e escrita no Brasil, à escola caberia ensinar a norma culta oficial aos alunos, sendo socialmente cobrada no desempenho dessa função. Por conseguinte, ela teria a tarefa de recuperar (ou seria ensinar?) formas que já não fazem parte do sistema linguístico dos alunos. Sem dúvida, ensinar a norma oficial significa ensinar uma segunda língua, visto que os alunos, ao entrarem na escola, já possuem uma gramática completa, adquirida num processo natural, desde os primeiros meses de idade, a partir de dados fornecidos pelos que os cercam.

No intuito de proporcionar as condições para a aprendizagem de estruturas prescritas pela norma oficial que não fazem parte da gramática do aluno, a escola lança mão de algumas estratégias. Assim, serão aduzidos os meios pelos quais a escola tenta recuperar os clíticos de terceira pessoa na representação do acusativo e do dativo anafóricos. Para isso, foram examinados alguns livros didáticos aprovados pelo MEC na última década, tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio, uma vez que permitem vislumbrar, pelo menos em parte, a prática escolar nos últimos anos. Torna-se imperioso dizer, entretanto, que não se pretende traçar aqui uma análise crítica completa a respeito do conteúdo gramatical veiculado nessas obras, tarefa que excede os limites deste trabalho, mas sim levantar alguns aspectos relativos ao tratamento dispensado aos clíticos de terceira pessoa, que suscitarão algumas reflexões sobre o ensino de Língua Portuguesa na escola. Assim, as estratégias presentes nas obras consultadas foram as seguintes:

a) as “correções” baseadas na chamada norma culta

(01) Conforme a norma padrão da língua, aquela que é mais prestigiada na nossa sociedade, NÃO PODEMOS ESCREVER²: pegou *ela*, mas pegou-*a*. (Ensino Fundamental: Oliveira et al., 2002, p. 129)

(02) Observe a fala do guarda: “... eu conheço *ele*.” Do ponto de vista da gramática normativa, essa frase está correta? Por quê? CORRIJA-A, se for o caso. *Não, pois HÁ ERRO no emprego do pronome. Pela gramática normativa, a forma CORRETA seria: eu o conheço.* (Ensino fundamental - livro do professor: Faraco; Moura, 2004, p. 102)

(03) Observe a frase do texto 2: “*Eu ainda não **lhe** conhecia pessoalmente...*” O pronome *lhe* equivale a “a você, a ele, a ela, ao senhor, à senhora...”. Exerce, em geral, a função de objeto indireto. O verbo *conhecer* é um verbo transitivo direto; pede objeto direto. O texto está escrito em linguagem coloquial, por isso tem a construção “*lhe* conhecia”. REESCREVA A FRASE, ADEQUANDO-A À NORMA CULTA. *Eu ainda não o conhecia.* (Ensino fundamental- livro do professor: Faraco; Moura, 2004, p. 144)

² Nos exemplos relativos aos livros didáticos, os grifos em itálico ou em negrito já faziam parte do original. Assim, é de responsabilidade deste trabalho apenas o recurso de escrever em caixa alta, usado para pôr em evidência a estratégia em questão.

(04) Assim sendo, frases como “Visitei ‘ele’ no domingo” são incorretas na norma culta. CORRIGINDO-A, temos: Visitei-o no domingo. (Ensino médio: Ferreira *et al.*, 2003, p. 393)

(05) Na função de complemento verbal, USAM-SE OS PRONOMES OBLÍQUOS, e NÃO OS PRONOMES RETOS. Convidei **ele**. (construção não aceita pela norma culta) → Convidei-**o**. (construção aceita) [...] NÃO SÃO ACEITAS PELA NORMA CULTA construções em que o pronome **o** (e flexões) aparece como complemento de verbos transitivos indiretos, assim como as construções em que o pronome **lhe** (**lhes**) aparece como complemento de verbos transitivos diretos: Eu **lhe** vi ontem. (não aceito)/ Eu **o** vi ontem. (aceito); Nunca **o** obedeci. (não aceito)/ Nunca **lhe** obedeci. (aceito) (Ensino médio: Terra; Nicola, 2004, p. 241)

b) os exercícios de substituição

(06) Evite repetir palavras, SUBSTITUINDO as palavras ou expressões grifadas por um pronome: a) O pagamento das mensalidades estava atrasado. Papai não tinha como pagar as mensalidades da escola. b) Ela admirava os peixinhos. Seguiu os peixinhos até perder os peixinhos de vista. [...] (Ensino Fundamental: Oliveira *et al.*, 2002, p. 130)

(07) Nas orações a seguir, indique se o termo sublinhado funciona como **objeto direto** ou **objeto indireto**. Depois, SUBSTITUA-O adequadamente por um dos seguintes pronomes: **o, a, os, as, lhe** ou **lhes**. a) Foi à cidade e resolveu rapidamente todos os problemas relativos à administração da fazenda. b) Junto com outros envelopes, o carteiro entregou a Mariana uma carta sem o nome do remetente. [...] (Ensino médio: Ferreira *et al.*, 2003, p. 450)

(08) Reescreva as orações, SUBSTITUINDO o termo destacado por o(s), a(s) ou lhe(s): a) Ele reconheceu **o amigo**. b) Ofereceu **aos amigos** um jantar. [...] (Ensino médio: Maia, 2005, p. 368)

De um modo geral, os livros consultados também descreveram os contextos em que ocorrem as alterações morfofonológicas do pronome acusativo, conforme se ilustra a seguir:

(09) Os pronomes pessoais oblíquos **o, a, os, as** são substituídos pelas formas pronominais **lo, la, los, las**, respectivamente, quando vêm depois de formas verbais terminadas em **-r, -s e -z**, que perdem essas terminações: Necessitava **vê-lo**, antes de sua partida. (ver +o) **Afastamo-los** das más companhias. (afastamos + os) O vício do cigarro **fê-los** inapetentes. (fez + os) As formas pronominais **no, na, nos, nas** são empregadas após as formas verbais terminadas em **-m, -ão, -õe**, que **não** perdem essas terminações: Os jurados **consideram-no** culpado. **Receberam-nas** com alegria. A herança, **dão-na** como perdida. O vendedor **supõe-nos** estrangeiros. (Ensino médio: Sarmiento; Tufano, 2004, p. 219)

No entanto, segundo indicam os trabalhos sobre o português brasileiro oral, parece que as estratégias comumente usadas pela escola na tentativa de recuperar os clíticos de terceira pessoa não têm produzido os resultados esperados. Em Freire (2000), que analisou a fala de informantes com nível universitário, constatou-se que na função acusativa a influência do fator escolar só é marcante na redução do emprego de formas estigmatizadas pela escola, como o uso do pronome lexical (4%), mas é praticamente nula na reabilitação do clítico (3%). Quanto à função dativa, o fracasso parece ser ainda maior, visto que a ausência do clítico **lhe** na referência à terceira pessoa foi total na amostra de língua falada. Por conseguinte, pode-se inferir que o efeito do trabalho da escola não se deixa mostrar na língua oral. E o que dizer da modalidade escrita? O trabalho de Averbug (2000) revelou que é particularmente na escrita que se percebe algum resultado mais visível sobre a atuação da escola na recuperação das variantes prescritas pela tradição escolar, visto que em sua amostra apareceu um índice de 40% de ocorrência do clítico acusativo em textos de informantes com nível superior. Do mesmo modo, o trabalho de Freire (2005) constatou uma presença significativa dos clíticos acusativo e dativo na amostra brasileira de língua escrita, contudo concentrada em textos de caráter mais formal, como editoriais e resenhas, o que indica que o uso dos clíticos acusativo e dativo na escrita brasileira parece ser mais um fenômeno de morfologia estilística que gramatical, segundo a

observação de Kato (1996), ou seja, no português brasileiro esse uso não é comum em qualquer evento de comunicação, como no português europeu, mas somente em eventos com marca de formalidade.

Por outro lado, têm-se evidências de que a aprendizagem desses clíticos pelo estudante brasileiro não se dá sem problemas: em redações de alunos já no último ano do ensino médio, são comuns os chamados usos irregulares dos clíticos de terceira pessoa, conforme evidenciam os seguintes exemplos, extraídos de redações de vestibular:

- (10) Felizmente, os frutos brotaram, mas *os* foram colhidos para uma minoria [...] (UFRJ, concurso de seleção 2009)
- (11) O povo que cada vez mais ignorante, deixa-se levar por uma mídia, que traz notícias manipuladas para *o* confortá-*lo*. (UFRJ, concurso de seleção 2009)
- (12) O futuro que o Brasil espera e sempre esperou não parece chegar, pois fez pouco para merecer-*o*. (UFRJ, concurso de seleção 2009)
- (13) [...] gerando assim uma outra idéia de academia, onde antes tinham a finalidade de proporcionar uma boa saúde, agora muitos buscam-*a* para realizar uma tarefa: obter músculos. (UFRJ, concurso de seleção 2010)
- (14) Com todos esses problemas o Brasil ainda pensa em ser um país do futuro, mas um país que quer servir com a educação de pessoas que *o* vão *o* construir, não pode ter uma população que tenha diferença social. (UFRJ, concurso de seleção 2010)
- (15) Agindo de maneira ideológica ela exerce grande influência no estilo de vida adotado pela sociedade. Muitas vezes ela procura convencer as pessoas da necessidade de adquirir um determinado produto, alegando que o mesmo *as* trará beleza e alegria. (UFRJ, concurso de seleção 2010)
- (16) Muitos acabam deixando de lado o seu valor de corpo perfeito e saudável para satisfazer uma regra que a sociedade *o* impôs, fazendo com que percam sua identidade [...] (UFRJ, concurso de seleção 2009)
- (17) Muitas delas ficam nas nuvens, eufóricas querendo andar pelas ruas (por toda parte), para mostrar para todos, para ficarem olhando-*lhes*. (UFRJ, concurso de seleção 2010)

Pelos exemplos anteriores, constata-se que muitos alunos, mesmo concluindo o ensino médio, apresentam uma aprendizagem imperfeita dos clíticos de terceira pessoa: em (10) se observa um emprego totalmente equivocado do clítico, visto que se trata de uma construção em voz passiva; em (11) ocorre um caso de hipercorreção; em (12) e (13) se verifica a não aplicação da regra de alteração morfofonológica do pronome acusativo em contextos prescritos pelos livros didáticos; em (14) se percebe um problema quanto à posição do clítico com uma evidente hesitação; em (15) e (16) se constata o emprego equivocado do clítico acusativo em função dativa, inclusive quanto à flexão de número em (16); por fim, em (17) ocorre o uso do pronome dativo em lugar do acusativo.

De um modo geral, tais ocorrências irregulares do clítico evidenciam a artificialidade das variantes prestigiadas pela tradição gramatical no dialeto dos alunos e sinalizam a insuficiência das estratégias empregadas pela escola na tentativa de ensiná-las aos aprendizes, além da ineficiência das “regras” sobre as alterações morfofonológicas do pronome acusativo.

Diante desse quadro, surge a questão de como se poderia ensinar com mais eficácia o emprego dos clíticos de terceira pessoa. Antes de tudo, deve o professor de Língua Portuguesa ter consciência do atual processo de mudança por que passa o sistema linguístico brasileiro, o que consequentemente aumenta no Brasil a natural distância que sempre existiu entre fala e escrita. Do mesmo modo, deve entender que a norma padrão escrita do português brasileiro não coincide necessariamente com a descrição da gramática tradicional, cujos exemplos de uso linguístico são geralmente literários e retratam uma época pretérita. É necessário, pois, verificar o que realmente representa a escrita padrão do português brasileiro: a norma culta veiculada pela imprensa. Conforme observa Menon (1996: 502), parte-se “do pressuposto de que ali está tudo aquilo que a tradição gramatical vem mostrando ao longo dos anos”, porém não se tem percebido que

“uma nova geração de jornalistas (e linguistas) começa a revelar em seus textos a ‘infiltração’ de variantes já implementadas na língua oral.”

Dessa forma, por ser a imprensa, segundo Bortoni (2004: 52), uma das “agências padronizadoras da língua”, o ensino dos clíticos de terceira pessoa deveria se efetuar a partir do contato direto dos alunos com textos produzidos pela imprensa, que revelam a sensibilidade das novas gerações de letrados a respeito do que efetivamente vem a ser a norma culta brasileira usada em eventos de letramento. Por conseguinte, os clíticos acusativo e dativo seriam apresentados aos alunos como variantes estilísticas, isto é, próprias de contextos específicos, como os eventos de comunicação marcados com o traço de formalidade. Além disso, apareceriam ao lado das demais variantes e certamente com a feição atual que os letrados brasileiros lhes têm dado, isto é, sem usos artificiais como mesóclises, ênclises a formas verbais terminadas em -s e -z, entre outros, o que é bem diferente da descrição apresentada em gramáticas normativas, em livros didáticos e em manuais de redação.

4. Conclusão

Sabe-se que, por razões de ordem sociocultural, a escola não poderia se eximir de ensinar a norma oficial, haja vista as diversas situações em que esta é exigida. No entanto, na execução dessa tarefa, o professor de Língua Portuguesa deve ter consciência de que existe uma profunda diferença entre a língua prescrita pelas gramáticas e a língua que seus alunos trazem de casa. Portanto, se o propósito é levar ao conhecimento do aluno a língua formal, o ensino de clíticos de terceira pessoa deveria basear-se não em meras recomendações proibitivas ou em exercícios artificiais de substituição, mas na percepção dos escritores brasileiros de hoje sobre esse fato gramatical, obtida a partir da leitura de textos produzidos pela imprensa, que remetem a situações reais e representam o que efetivamente constitui a norma culta brasileira. No entanto, a julgar pelos trechos reproduzidos dos livros didáticos, percebe-se que estes não apresentam tal preocupação e, portanto, não têm contribuído para um ensino mais eficaz no que se refere aos clíticos de terceira pessoa característicos da língua padrão.

Referências

AVERBUG, Mayra C. G. **Objeto direto anafórico e sujeito pronominal na escrita de estudantes..** Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. 187 p. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

BORTONI, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

DUARTE, M. Eugênia Lamoglia. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, F. (org.) **Fotografias sociolinguísticas.** Campinas: Pontes, 1989. p. 19-34.

FARACO, Carlos; MOURA, Francisco. **Linguagem nova.** 6ª série. 2. ed. São Paulo: Ática, 2004.

_____. **Linguagem nova.** 7ª série. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

FERREIRA, Mauro et al. **Novas Palavras: Português – Ensino Médio.** Volume único. 2. ed. São Paulo: FTD, 2003.

FREIRE, Gilson Costa. **Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. 103 p. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. **A realização do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. 204 p. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

GOMES, Christina Abreu. Embedded processes in dative alternation: a comparative study about three

contemporary varieties of Portuguese. NWAV(E) 28. Toronto, Canadá, 1999. Mimeo.

KATO, Mary A. Português brasileiro falado: aquisição em contexto de mudança lingüística. In: **Actas do Congresso Internacional sobre o Português**. Lisboa: APL e Colibri, 1996. p. 209-234.

MAIA, João Domingues. **Português: série novo ensino médio**. Volume único. 11. ed. São Paulo: Ática, 2005.

MENON, Odete P. S. Aspectos do sistema pronominal relevantes para o ensino básico. In: **Letras & Lingüística: Anais do XI Encontro Nacional da ANPOLL**, 1996. p. 501-503.

OLIVEIRA, Tania A. et al. **Tecendo Textos: ensino de Língua Portuguesa através de projetos**. 6^a série. 2. ed. São Paulo: IBEP, 2002.

SARMENTO, Leila Lauer; TUFANO, Douglas. **Português: literatura, gramática e produção de texto**. São Paulo: Moderna, 2004.

SILVEIRA, Gessilene. A realização variável do objeto indireto (dativo) na fala de Florianópolis. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 189-207, 2000.

TERRA, Ernani & NICOLA, José de. **Português: de olho no mundo do trabalho**. Volume único. São Paulo: Scipione, 2004.